



ELE FAZ O QUE PROMETE...

A abordagem pragmática de Trump nas promessas de campanha.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



O CONSUMIDOR E O COMÉRCIO

Dia Mundial do Consumidor: confiança constantemente fortalecida.
Por Aldo Gonçalves, **página 2**



IRPINIA: SUB-REGIÃO DA CAMPANIA

As uvas Fiano, Greco e Aglianico assinam 3 das 4 DOCGs da Campania.
Por Míriam Aguiar, **página 4**

Governo tem superávit nominal de quase R\$ 64 bi

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário (receitas + despesas) e os juros nominais apropriados, foi superavitário em R\$ 63,7 bilhões em janeiro de 2025. O saldo positivo foi fruto de um superávit primário de R\$ 104,1 bilhões menos R\$ 40,4 bilhões de juros nominais. Em janeiro de 2024 o superávit foi de R\$ 22,2 bilhões; em janeiro de 2023, de R\$ 46,7 bilhões).

No acumulado em 12 meses, o déficit nominal caiu de R\$ 998 bilhões (8,45% do PIB) em dezembro de 2024 para R\$ 956,5 bilhões (8,05% do PIB) em janeiro de 2025. Os dados foram divulgados pelo Banco Central (BC) nesta sexta-feira.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$ 40,4 bilhões em janeiro de 2025, quase metade dos R\$ 79,9 bilhões em janeiro de 2024. Contribuiu para essa redução o resultado das operações de swap cambial (perda de R\$ 10 bilhões em janeiro do ano passado e ganho de R\$ 36 bilhões em janeiro deste ano, segundo o BC).

No acumulado em 12 meses, os juros nominais alcançaram R\$ 910,9 bilhões (7,67% do PIB) em janeiro de 2025, comparativamente a R\$ 745,9 bilhões (6,77% do PIB) nos 12 meses até janeiro de 2024.

O resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$ 104,1 bilhões em janeiro de 2025, ante superávit de R\$ 102,1 bilhões no mesmo mês de 2024. O Governo Central e os governos regionais registraram superávits de R\$ 83,1 bilhões e de R\$ 22 bilhões, respectivamente, e as empresas estatais, déficit de R\$ 1 bilhão.

Em 12 meses, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$ 45,6 bilhões, equivalente a 0,38% do PIB e 0,02 ponto percentual (pp) inferior ao déficit registrado nos 12 meses até dezembro de 2024.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 60,8% do PIB (R\$ 7,2 trilhões) em janeiro, reduzindo-se 0,4 pp do PIB no mês. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 75,3% do PIB (R\$ 8,9 trilhões) em janeiro de 2025, redução de 0,8 pp do PIB em relação ao mês anterior.



Isaac Amorim/Ascom MJSP

Cappelli diz que liderança do Brics reforça posição global do Brasil

Brics já representa 1/3 do comércio exterior brasileiro

Valor é maior que com EUA e Europa somados

A corrente comercial (exportações + importações) do Brasil em 2024 alcançou US\$ 599,9 bilhões. Deste total, US\$ 184,6 bilhões foram com países que integram o Brics, o que representa quase 1/3 (30,8%) do comércio exterior brasileiro.

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento (Mdic) mostram que a corrente comercial do Brasil com o Brics em 2024 superou a soma da relação com EUA (US\$ 81 bilhões) e a União Europeia (US\$ 95,5 bilhões) e foi 4,6x maior que o comércio com os países do Mercosul (US\$ 39,5 bilhões).

Os números mostram a importância das relações com as nações do Brics, mas, abrindo

os dados dentro do grupo, encontra-se uma alta concentração com apenas um país do bloco: a China, destino de 92% das nossas exportações para o Brics e origem de 78% das compras feitas do grupo em 2024.

Além disso, a pauta de exportações brasileiras para o bloco está fortemente concentrada em commodities: 84,7% (óleo, ferro, soja, carne bovina, celulose e açúcar).

Em documento divulgado no início de 2025, quando o Brasil assumiu a presidência rotativa do Brics, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) destacou que o Brasil possui uma relevante participação na corrente de comércio do bloco, correspondendo a 30,4% das exportações

do grupo e 31,5% das importações, em 2024, segundo dados do Mdic.

O presidente da ABDI, Ricardo Cappelli, reforçou que “ao liderar o Brics, o Brasil assume um papel central na articulação de agendas globais e regionais, com potencial para influenciar diretamente as estruturas de governança internacional. A presidência brasileira tem a oportunidade única de consolidar o bloco como um mecanismo efetivo de transformação econômica e social, promovendo soluções coletivas para os desafios contemporâneos. Dessa forma, o Brasil pode reafirmar sua posição como um dos principais protagonistas na construção de um futuro mais equilibrado, sustentável e inclusivo”.

Comércio nos países desenvolvidos fica estagnado

O comércio global atingiu um recorde de US\$ 33 trilhões em 2024, marcando um aumento de 3,7% em relação a 2023, de acordo com a última Atualização do Comércio Global da Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

O aumento foi puxado pelas economias em desenvolvimento (alta de 4% no ano e 2% no quarto trimestre de 2024). Enquanto

isso, o comércio das economias desenvolvidas estagnou, com importações e exportações estáveis no ano e queda de 2% no último trimestre, diz a Unctad.

O crescimento global foi impulsionado pelos serviços, que aumentaram 9% e foram responsáveis por quase 60% do crescimento, diz o relatório, acrescentando que o comércio de bens cresceu 2%.

A Unctad destaca crescentes tensões geoconômicas, políticas

protecionistas e disputas comerciais que podem interromper o comércio no futuro, apesar dos sinais de estabilidade comercial no início de 2025.

O relatório, que foi divulgado nesta sexta-feira, pede esforços para evitar a formação de blocos comerciais isolados e evitar prejudicar o crescimento de longo prazo por meio do gerenciamento adequado de mudanças de políticas.

Fiesp: tarifaço de Trump pode abrir portas para o Brasil

As tarifas impostas pelo governo de Donald Trump à China e aos maiores parceiros comerciais dos EUA – Canadá e México – afetam de maneira relevante o comércio global, mas podem abrir boas oportunidades para o Brasil. A opinião é de Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias de SP (Ciesp) e primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

“Nosso país deve preparar-se para enfrentar eventuais impactos dessas medidas e buscar formas de aproveitar as brechas no mercado internacional”, ressalta.

“O aumento das tarifas norte-americanas sobre produtos da China, Canadá e México e as medidas de retaliação que eles anunciaram podem tornar o Brasil um fornecedor mais competitivo (além de confiável) para todos esses mercados, em especial se não tivermos o agravamento de barreiras tributárias e não alfandegárias”, frisa o presidente do Ciesp.

Ele explica: “É natural que essas nações busquem diversificar suas cadeias de suprimento. Neste aspecto, podemos fornecer quase tudo o que precisam”. A China, em particular, tende a ampliar suas importações de produtos brasileiros, como soja, carne e minério de ferro.

Outro fator que pode favorecer o Brasil, segundo Cervone, é a entrada em vigor, em termos práticos, do acordo entre Mercosul e União Europeia, que prevê a redução gradual de tarifas entre os blocos.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7576
Dólar Turismo	R\$ 5,9570
Euro	R\$ 6,2750
Iuan	R\$ 0,7936
Ouro (gr)	R\$ 552,53

ÍNDICES

IGP-M	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Ele faz o que promete...

Por Edoardo Pacelli

“A Europa nasceu para ferrar a América. Esse era o objetivo, e eles fizeram um bom trabalho.” Donald Trump disse isso há alguns dias, e não há dúvidas de que está convencido disso. O presidente dos EUA, no entanto, ficaria surpreso ao descobrir (supondo que ele tenha algum interesse real no assunto) que, na realidade, os primeiros a querer uma Europa unida e federalista foram os americanos. E que, de fato, houve, em algum momento, alguma tensão entre as duas margens do oceano, mas apenas porque Washington queria maior integração, e as mais importantes capitais europeias fingiram não ouvir ou, pior, tentaram dificultar o projeto dos EUA.

O ponto de partida é o fim da Segunda Guerra Mundial e a doutrina do presidente Harry Truman sobre a luta contra o totalitarismo comunista, por meio da reconstrução econômica do Velho Continente. O instrumento concreto escolhido, o programa de ajuda conhecido como Plano Marshall, tinha, segundo os americanos, um risco:

que os europeus lucrassem com o dinheiro recebido e depois voltassem ao velho nacionalismo protecionista que havia contribuído para a crise europeia da década de 1930. Era preciso fazer de tudo para evitá-lo. E o caminho a seguir era simples: usar o modelo americano para lançar o que, na época, ninguém ainda sonhava em chamar de Estados Unidos da Europa.

O necessário seriam investimentos produtivos, mas também mercados livres, sem barreiras tarifárias ou regulatórias, e instituições abertas. A historiadora da Universidade de Columbia Diane Kunz escreveu recentemente que “a unidade europeia atraiu os americanos por várias razões, não sendo a menor delas a crença, profundamente enraizada na psique americana, de que o melhor caminho para a Europa era imitar os Estados Unidos o mais fielmente possível”.

As delegações de Washington tentaram evitar que os países europeus que receberiam ajuda apresentassem, cada um, uma “lista de compras” sem levar em conta o contexto. Eles propuseram uma única estrutura de planejamento continental, que coordenaria e alocaria fundos da Améri-

ca. Era para ser, disseram, “uma organização estável”. A ideia pode ter sido boa para alguns, mas os oponentes mais teimosos foram a Grã-Bretanha e a França, que acreditavam que teriam mais margem de manobra negociando diretamente com Washington, sem passar por um intermediário comum.

A abordagem pragmática de Trump nas promessas de campanha

No final, o compromisso foi encontrado por meio da criação de uma organização, a OEECE (Organização Europeia para Cooperação Econômica), que promoveria a reconstrução e o comércio intereuropeu e controlaria a distribuição da ajuda do Plano. O organismo, que sobreviveria até 1961 para se tornar a atual OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), estava longe de ter os poderes que os americanos queriam lhe dar. Entre os altos funcionários, os franceses e os britânicos dominavam, tendo encontrado uma maneira de manter uma posição privilegiada, mas cada país

podia vetar decisões conjuntas.

Em seu discurso de abertura do primeiro Conselho da organização, o diretor da agência que gerenciou o Plano Marshall a partir de Washington, Paul Hoffman, empresário favorável à união entre os países europeus, disse que as nações aderentes à OEECE deveriam evitar pensar “segundo os velhos critérios separatistas”, convidando os participantes a raciocinar «como se a capacidade e a força econômica da Europa “fossem bens comuns”.

O final da história é bem conhecido: o Plano Marshall contribuiu decisivamente para a recuperação da Europa no pós-guerra. E a União Europeia, igualmente, embora seguindo caminhos diferentes e nem sempre lineares, gradualmente abriu seu caminho.

Os americanos contribuíram para tudo isso. Mas eles eram americanos que acreditavam nos valores do país como antigamente: mercados abertos e livres, colaboração internacional para encontrar benefícios mútuos para todos. É muito mais difícil entender, hoje, no que Trump acredita.

Trump é alguém que, diferentemente de muitos

políticos tradicionais, não faz promessas genéricas ou vagas e depois se esquece delas. Ele tem uma abordagem muito pragmática e, muitas vezes, tenta manter o que disse durante a campanha eleitoral, especialmente em coisas que considera fundamentais para a sua base.

Pensando na sua primeira presidência, ele havia prometido o muro ao México e, mesmo que não o tenha concluído, tentou com muita determinação, obtendo financiamento e construindo partes dele. Havia prometido uma linha dura com a China em relação ao comércio e desencadeou uma guerra comercial com tarifas que mudaram o equilíbrio. Prometeu cortar impostos e fez isso com uma grande reforma tributária.

Claro que nem tudo o que ele promete se cumpre 100%, porque há obstáculos – o Congresso, a Justiça, a própria realidade –, mas a tendência é que tente, e muitas vezes com uma coerência que desconcerta quem o subestima. Então, se Trump, agora, promete algo, como sobre a Ucrânia ou a economia, temos que levá-lo a sério, porque ele não é alguém que blefa por blefar.

E, falando da questão

ucraniana, Trump a vê como subordinada a outra questão que é muito mais importante para ele, a saber, a China. Trump vê a Ucrânia como um peão em um jogo maior, que é o confronto com Pequim. As terras raras são uma questão fundamental porque a China, agora, tem uma posição dominante – quase monopolista – na extração e no refino de terras raras, que são minerais essenciais para todas as tecnologias avançadas: de baterias de veículos elétricos a celulares, passando por painéis solares, turbinas eólicas e até armas sofisticadas.

A Ucrânia, tendo depósitos significativos de terras raras, se torna um asset estratégico para reduzir a dependência da China. Então, para Trump, a Ucrânia não é importante em si mesma – não é que ele tenha paixão por Kiev ou por Zelensky –, mas é importante na medida em que pode ser usada para enfraquecer a China ou para fortalecer a autonomia estratégica dos Estados Unidos e do Ocidente em geral.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italianigma e vice-presidente do Ideus.

O consumidor: a razão de existir do comércio

Por Aldo Gonçalves

O consumidor é a razão de existir do comércio. Essa afirmação resume a essência do setor varejista e sua relação com a sociedade. Somos todos consumidores, e cada escolha de compra impulsiona a economia, gera empregos e fortalece o mercado. No Dia Mundial do Consumidor, celebrado em 15 de março, é essencial refletirmos sobre essa interdependência e reafirmarmos o compromisso do empresário com um atendimento de qualidade e respeito aos direitos do cliente.

A data teve origem em 1962, quando o então pre-

sidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, fez um discurso histórico no qual defendeu os direitos do consumidor, destacando quatro deles: segurança, informação, escolha e o direito a ser ouvido. Desde então, o conceito evoluiu e ganhou força mundialmente, levando à criação de legislações específicas e organismos de defesa do consumidor.

No Brasil, esse movimento ganhou relevância com a criação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que completa 35 anos em 2025. Considerado uma das legislações mais avançadas do mundo na proteção das relações de consumo, o CDC trouxe mais transparência e equilíbrio para a in-

teração entre fornecedores e clientes, garantindo direitos e estabelecendo deveres para ambas as partes.

Dia Mundial do Consumidor: confiança constantemente fortalecida

O Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio) e o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio), que representam mais de 30 mil estabelecimentos na capital e no estado, sempre atentos às transformações do mercado e à necessidade de um comércio responsável e ético, atuam na orientação

dos empresários para que possam atender seus clientes com excelência, a partir de boas práticas de gestão, qualificação das equipes e adoção de tecnologias que facilitem a experiência de compra.

Há mais de uma década, as duas entidades apoiam a realização ou participam, oferecendo gratuitamente consultas do SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), de mutirões de renegociação de dívidas, em parceria com órgãos públicos da Defesa do Consumidor. Além disso, o SindilojasRio e o CDLRio promovem campanhas de conscientização regulares sobre os direitos e deveres do consumidor e sobre educação financeira.

Nos últimos anos, com o crescimento do e-commerce e das novas formas de consumo, a relação entre lojistas e clientes tem passado por profundas mudanças. O desafio do setor é oferecer um atendimento cada vez mais ágil, personalizado e seguro, seja no ambiente físico ou digital. Com essa expectativa, incentivamos a modernização dos estabelecimentos e a adoção de estratégias que priorizem a satisfação e fidelização do consumidor.

Para além das normas legais, o bom relacionamento com o cliente é um diferencial competitivo e um fator essencial para o sucesso dos lojistas. O consumidor moderno busca mais do que produtos e serviços: ele de-

seja experiências positivas, atendimento humanizado e marcas que demonstrem compromisso com os seus valores e necessidades.

Neste Dia Mundial do Consumidor, reforçamos nosso compromisso em apoiar os lojistas na construção de relações comerciais saudáveis, baseadas na transparência, na ética e na inovação. O comércio é um dos pilares da economia, e seu crescimento depende da confiança do consumidor. É nossa missão garantir que essa confiança seja constantemente fortalecida, para que possamos seguir prosperando juntos.

Aldo Gonçalves é presidente do SindilojasRio e do CDLRio.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Bolsonarista Tarcísio continuará usando boné de Trump?

As tarifas impostas por Trump ao aço brasileiro podem ter pequeno impacto na economia do Brasil, mas o mesmo não se pode dizer quando se analisa em relação a cada estado. Os EUA representaram, em 2024, 12% das exportações brasileiras e 15,5% das importações. Em alguns estados, aparecem como destino número 1 das vendas externas do Brasil; este é o caso de São Paulo, estado cujo governador, o bolsonarista Tarcísio de Freitas, apareceu em público comemorando a posse de Trump usando um boné com a frase “Make America Great Again”, lema do presidente norte-americano.

O texto “Uma breve análise do comércio bilateral Brasil–EUA e a dependência dos estados brasileiros”, publicado pela Fipe e abordado nesta coluna anteontem, faz um levantamento da importância dos EUA no comércio exterior dos estados brasileiros. O estudo é de autoria de Carlos Nathaniel Rocha Cavalcante, mestre em Teoria Econômica pela FEA-USP, e Rodrigo De Losso, professor titular da FEA-USP e pesquisador da Fipe.

Os EUA de Trump aparecem como principal destino das exportações (em 2024) de Santa Catarina, Espírito Santo, Paraíba e Ceará, além de São Paulo. Como 2º destino, em 8 estados (RJ, MG, RS, PR, PE, SE, MS e GO); como 3º, em 4.

O Ceará é o estado com maior participação dos EUA nas exportações: 44,9%. E as tarifas de 25% sobre aço (e alumínio) afetam fortemente a indústria cearense, já que 38,3% das suas exportações são provenientes do setor siderúrgico.

Em São Paulo, com economia mais diversificada, as tarifas de Trump sobre produtos siderúrgicos têm menos efeito. Mas quando ele aumentar tarifas de outros produtos industriais, o bolsonarista Tarcísio de Freitas continuará aplaudindo? E o que dirão os empresários paulistas?

Construção naval não é tabu... nos EUA

Editorial de 6 de março do *Wall Street Journal* analisou, sem qualquer crítica contundente, a decisão do presidente Donald Trump, anunciada em discurso ao Congresso no dia 4, de retomar a indústria de construção naval norte-americana como sendo uma estratégia de governo frente a perda de mercado para os estaleiros orientais. “A retomada da construção naval é bem-vinda, mas necessitará de dinheiro e aliados”, destaca o jornalão.

“O mais interessante é que a política pública por lá anunciada torna a brasileira, algumas vezes questionada, extremamente tímida!”, salienta Wagner Victor, ex-secretário de Indústria Naval do Rio de Janeiro. “Vale acompanhar os movimentos da política industrial norte-americana, pois em breve estarão até importando, dando Green Card, a engenheiros navais brasileiros.”

‘Si hay gobierno (Lula), soy contra’

Para a mídia, a economia brasileira se comporta assim: o que é ruim é culpa do governo Lula; o que é bom acontece apesar do governo Lula.

Rápidas

Estão abertas as inscrições da 2ª Olimpíada Brasileira de Administração (OBAdm). Organizada pelo CRA-RJ, a olimpíada é voltada para estudantes dos ensinos médio, superior e profissionais de todo o país. Inscrições até 30 de maio em obadm.org.br *** O CRCSP e o IPC assinaram nesta sexta-feira convênio voltado ao desenvolvimento profissional dos contadores paulistas.

Por unanimidade, STF mantém prisão de Braga Netto

Investigações mostram que general tentou obstruir investigações

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu nesta sexta-feira manter a prisão do general Braga Netto, ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro e vice na chapa do ex-presidente nas eleições de 2022. Em dezembro do ano passado, Braga Netto foi preso por determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre a trama golpista.

Segundo as investigações da Polícia Federal, Braga

Netto estaria obstruindo a investigação sobre a tentativa de golpe de Estado no país para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

A Polícia Federal identificou que o general, indiciado por ser um dos principais articuladores do plano golpista, tentou obter dados sigilosos da delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Papel de liderança

De acordo com a Agên-

cia Brasil, após a prisão, a defesa do general recorreu da decisão e pediu que o caso fosse julgado pela Primeira Turma da Corte. Na sessão virtual desta sexta-feira, Alexandre de Moraes manteve sua decisão que decretou a prisão. Para o ministro, os novos depoimentos de delação premiada de Cid revelaram a “gravíssima participação” de Braga Netto na trama golpista.

“A autoridade policial apontou que Walter Souza

Braga Netto tentou controlar o que seria repassado à investigação, demonstrando o verdadeiro papel de liderança, organização e financiamento exercido pelo recorrente, além de apresentar relevantes indícios de que Braga Netto atuou, reiteradamente, para embarçar as investigações”, escreveu Moraes.

O voto foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Trump: EUA ‘tiveram discussões muito boas e produtivas’ com Putin

Washington (Xinhua) - O presidente dos EUA, Donald Trump, disse nas redes sociais na sexta-feira que seu governo ‘teve discussões muito boas e produtivas com o presidente Vladimir Putin da Rússia ontem’ (quinta-feira), e há uma grande chance de que “essa guerra horrível e sangrenta” possa finalmente chegar ao fim.

Trump observou na postagem no Truth Social (em caixa alta) que “NES-

TE EXATO MOMENTO, MILHARES DE TROPAS UCRANIANAS ESTÃO COMPLETAMENTE CERCADAS PELOS MILITARES RUSSOS E EM UMA POSIÇÃO MUITO RUIM E VULNERÁVEL.” Acrescentou que “pedi fortemente ao presidente Putin que suas vidas sejam poupadas.”

Contra-ataque

O exército ucraniano lançou uma ofensiva na região de Kursk, na Rús-

sia, em agosto, tomando cerca de 1.300 quilômetros quadrados de terra. Mas, como o exército russo intensificou seu contra-ataque nas últimas semanas, a situação do exército ucraniano na região está se deteriorando rapidamente. O Kremlin confirmou que o enviado de Trump ao Oriente Médio, Steve Witkoff, se encontrou com o presidente russo Vladimir Putin na quinta-feira à noite.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse

na sexta-feira que o presidente russo Vladimir Putin apoia a posição de Trump sobre uma solução para o conflito na Ucrânia, mas tem preocupações sobre questões não resolvidas restantes. “Então, de fato, há muito que precisa ser feito, mas, mesmo assim, o presidente expressou solidariedade com a posição do Sr. Trump”, disse o porta-voz, acrescentando que havia motivos para “otimismo cauteloso” em relação a uma solução para o conflito.

Programa virtual de inovação aberta

O Banco Central do Brasil, em parceria com a Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac), lançou o LIFT Data, programa virtual destinado a estimular a inovação aberta. O objetivo é promover a cultura de utilização de dados públicos no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à resolução de problemas no setor financeiro.

A edição inaugural terá como tema a sustentabilidade, incentivando a cooperação internacional e o uso de informações públicas para gerar impactos ambientais

e sociais positivos. As inscrições estão abertas até 13 de abril. Os interessados podem se cadastrar e enviar suas propostas pelo site liftdata.com.br.

Desde 2018, o Banco Central e a Fenasbac mantêm um acordo de cooperação para impulsionar a inovação financeira por meio do ecossistema LIFT (Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas), que já conta com três programas:

LIFT Lab – voltado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas em estágio inicial para o mercado financeiro; LIFT Learning – focado em pesquisa apli-

cada com universidades brasileiras; LIFT Challenge – edição especial do LIFT Lab, com foco em desafios temáticos, contou com um ciclo voltado para o desenvolvimento de casos de uso para o Drex.

“O LIFT Data vem para expandir os impactos desse ecossistema, colocando, em sua primeira edição, a sustentabilidade em foco e permitindo a participação de talentos de qualquer lugar do mundo”, informa o BC.

Com o tema “Dados para Financiar e Monitorar a Sustentabilidade e a Ação Climática”, a primeira edição do LIFT Data propõe

três temáticas, alinhadas aos pilares centrais da COP 30, que será realizada no Brasil em 2025: 1) Redução de Emissões e Transição para Baixo Carbono; 2) Financiamento para Adaptação, Resiliência e Justiça Climática; e 3) Preservação de Florestas e Biodiversidade.

No dia 18 de março, o Banco Central realizará uma edição especial do LIFT Talks em seu canal no YouTube para apresentar detalhes do programa e tirar dúvidas do público. O conteúdo será apresentado em português com legendas em inglês para que pessoas de diferentes países possam acompanhar.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444



VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Irpinia: sub-região mais consagrada da Campania

Vou falar hoje sobre parte da região da Campania, Itália, tema já introduzido recentemente. Esta região, ao sul da Itália, banhada pelo Mar Tirreno e que tem como capital Nápoles, possui cinco sub-regiões: Caserta, Costa Central, Sannio, Irpinia e Cilento. Caserta, Costa Central e Cilento estão na área mais litorânea, ao norte e ao sul de Nápoles. Sannio e Irpinia ficam no interior. Mas, quando se fala em termos de vinhos mais conhecidos e exportados, o destaque vai para a sub-região de Irpinia, embora as variedades de uvas, em alguns casos, sejam comuns.

Irpinia, também identificada administrativamente como província de Avellino, é o distrito vitivinícola mais importante da Campania e, não por acaso, produz a maior proporção de vinho DOCG da região: três das quatro DOCGs estão ali. Os vinhedos estão situados no interior do continente, em uma área bem montanhosa, que apresenta uma variada possibilidade de altitude, inclinações e exposições. A altitude cria uma alternância climática, com queda de temperatura noturna, que retarda o amadurecimento das uvas, favorecendo o trabalho com uvas brancas e a preservação da acidez nos vinhos.

Há um rico catálogo de cepas autóctones da Campania, que se expressam com destacada qualidade na Irpinia e, por isso mesmo, dão nome às DOCGs. A Fiano é uma delas. Uva nativa da Campania, possivelmente da Irpinia, teve seus vinhedos muito destruídos pela filoxera e pelas grandes guerras, mas foi resgatada e assina belos vinhos. Os melhores estão na área da Fiano di Avellino DOCG, cujo território inclui 20 aldeias, dentre elas a própria comuna de Avellino.

Seus vinhos apresentam aromas florais, frutados (frutas brancas) e herbais, com um toque mineral em boca e retrogosto de mel. Uma de suas qualidades é a aptidão para envelhecer bem, ganhando mais amplitude em boca e complexidade aromática. Visitei a Mastroberardino, um dos mais importantes produtores da região, há 10 gerações vinificando, e que foi responsável pela replantação de uvas nativas, como a Fiano, após o desastre da filoxera.

A outra cepa extraordinária é a Greco, plantada em diferentes áreas, mas que tem a comuna de Tufo, na Irpinia, como seu melhor território. Pode ser confundida com outras variedades denominadas Greco (como a Greco Bianco, da Calábria), que são distintas. O nome Greco remete à influência grega na viticultura meridional italiana, o que pode dar a ideia de que são variedades gregas. Porém, a conexão se deve mais ao fato de terem dado origem a vinhos no estilo doce, muito apreciado pelos gregos no passado.

A Greco da Campania assina a DOCG Greco di Tufo e faz um vinho de marcada acidez e mineralidade, com boa estrutura de corpo, ganhando mais charme com a idade, quando a já expressiva salinidade em boca se mistura a notas de sílex e toques defumados.

A região tira seu nome do subsolo tufáceo, com notáveis reservas de enxofre, uma derivação do histórico geológico vulcânico dessa área. A atividade mineradora de extração de enxofre faz parte do passado da região, praticada pela Cantine di Marzo, que fui visitar. Trata-se de uma das mais antigas cantinas do sul da Itália, fundada em 1647, a primeira a produzir o Greco di Tufo. Desde 2009, é administrada pela família di Somma, descendentes dos Di Marzo, que buscam resgatar a importância e a visibilidade desta verdadeira joia de vinho branco.

A terceira estrela dessa área, que não é exclusiva da Campania, mas ali faz provavelmente o seu melhor vinho, é a variedade tinta Aglianico, também considerada uma das melhores uvas italianas. Trata-se de uma uva de casca espessa, rica em taninos e que se adapta bem a áreas montanhosas, especialmente em solos vulcânicos. Assim como outras dali, amadurece tardiamente e lentamente, beneficiada pela amplitude térmica que a região propicia.

A Aglianico faz vinhos estruturados, ricos em taninos e acidez, muitas vezes apelidados de “Barolo do Sul”, especialmente os originários da DOCG Taurasi, da Irpinia. Ali, os vinhedos são plantados em um solo de base calcária e vulcânica. A DOCG exige um mínimo de três anos de guarda (um ano em carvalho) antes da comercialização e, para os Riserva, quatro anos (um ano e meio em carvalho). Visitei a Cantine Perillo, verdadeiros artesãos do Taurasi, cujos vinhos levam, em média, 10 anos para serem comercializados. Vinhos ricos, estruturados e elegantes, com aromas de frutas pretas (mirtilo), toques de menta e especiarias.

Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e inscreva-se em cursos e aulas de vinhos presenciais e online. Instagram: @miriamaguiar.vinhos. Blog: miriamaguiar.com.br/blog

Setor hoteleiro cria até mil postos de trabalho na alta temporada

Vagas são para as funções de apoio, e muitos podem ser aproveitados

Cezar Fernandes/divulgação

Na alta temporada, a rede hoteleira se prepara para atender ao aumento da demanda turística e para a oferta de vagas crescer durante todo o verão. Segundo Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO, os estabelecimentos reforçam suas equipes em pelo menos 15% para garantir um atendimento de qualidade neste período.

“A demanda nesta temporada deverá ficar entre 600 a 1 mil postos de trabalho temporários. O aumento das equipes deve ficar entre 15% a 20%, dependendo do tipo de hotel e do tamanho e sofisticação de seus bares e restaurantes,” estima. O executivo acrescenta ainda que, por trabalhar com uma mão-de-obra especializada, essas contratações costumam ser para funções de apoio, como garçom, camareira, cumim (auxiliar de restaurante) e steward (auxiliar de serviços gerais).

No Hotel Vilarejo Praia, esta temporada teve um incremento ainda maior no número de colaboradores. “Passamos a operar em all inclusive. Então, além do reforço tradicional da alta temporada, precisamos absorver mais profissionais e aumentamos nosso quadro de funcionários em 25%”, conta Ricardo Peixoto, gerente do Hotel. Ele explica que, para garantir a qualidade do atendimento,



“Realizamos treinamentos ao longo do ano. São treinamentos voltados para as lideranças, sustentabilidade, técnicos (específicos para cada área) e de cunho motivacional”, explica o gestor.

Essas capacitações permitem que o hotel, que tem uma administração familiar, selecione entre os temporários uma equipe permanente. “Na estrutura do Grupo Vilarejo temos muitos profissionais que trabalham conosco há anos, além de parentes, como pais e filhos”, esclarece João Mello, diretor-executivo dos Hotéis Vilarejo. João mesmo é uma prova dessa capacitação e da tradição familiar dos hotéis: ele é neto do criador do primeiro Hotel Fazenda Vilarejo, criado há mais de 40 anos, em Conservatória.

Todos os anos, entre novembro e fevereiro e

depois, novamente, em julho, o hotel Vilarejo Praia abre o processo de seleção de temporários. E como afirma a associação hoteleira, os novos colaboradores costumam ser garçons, camareiras e auxiliar de cozinha. “Também por conta da mudança para all inclusive e do aumento de quartos nesse início de ano, reforçamos também o quadro de agentes de reserva”, acrescenta Ricardo. A seleção é feita pela equipe de RH do grupo, por meio da página <https://vilarejo.vagas.solides.com.br/>, onde eles publicam as ofertas e cadastram os currículos.

No resort Le Canton, em Teresópolis, na Região Serrana do Rio, também há reforço na equipe em períodos de maior movimento. A diferença é que, devido à constante alta procura,

isso acontece praticamente o ano todo. O hotel tem 320 funcionários e chega a contratar mais de 200 colaboradores extras. O hotel tem uma grande demanda de hospedagem devido a sua ampla estrutura de lazer para toda a família, como Castelo Medieval, circo, Parc Magique, Pista Mont Blanc (boias canadenses) e fazendinha com criação de animais e produção de queijos, além de infraestrutura completa para eventos corporativos.

Para o próximo ano, o Le Canton pretende aumentar ainda mais o número de mão de obra extra. “Atualmente, trabalhamos com uma média de 1,09 colaborador por apartamento, mas a procura tem aumentado e já estamos nos organizando para ampliar a equipe para 1,5”, comemora CEO Mônica Paixão.

Exportações para Argentina puxam alta de 15% da produção de veículos

A produção de veículos automotores registrou alta de 14,8% nos dois primeiros meses de 2025, ao alcançar as 392,9 mil unidades, de acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

De acordo com análise da entidade, parte dessa elevação é reflexo da recuperação dos volumes de exportações no início de

ano. “E esse bom desempenho dos embarques está associado ao crescimento de 172% nos envios de veículos para a Argentina no primeiro bimestre. Ao todo, 76,7 mil unidades saíram do Brasil neste ano, 55% a mais que nos dois primeiros meses de 2024, sendo 62% desse montante para o país vizinho”, destaca a Anfavea.

Dentro do país, as vendas subiram 19%, ao atingir 356,2 mil unidades no pri-

meiro bimestre do ano.

Segundo o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, é preciso destacar o aumento contínuo da participação dos veículos importados, que está acima dos 21% do volume de vendas. “Desde 2012 não havia uma presença tão grande de modelos estrangeiros nas vendas, e boa parte dessa elevação se deve a veículos de fora do Mercosul, em especial os eletrificados chineses”, afirmou.

Segundo o balanço, o segmento de ônibus foi um dos que mais cresceram no primeiro bimestre, com 3,7 mil unidades emplacadas e 4,3 mil produzidas, elevação de 50% e 11% sobre o mesmo período do ano passado, respectivamente. “Os motivos para essa aceleração são as entregas dentro do programa Caminho da Escola e o reaquecimento do transporte municipal”, explica a Anfavea.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444





Santa Helena Saúde

TRANSFORMANDO PELA VIDA

SANTA HELENA ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A.

CNPJ/MF nº 43.293.604/0001-86
Registro ANS nº 355097

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A norma permite a entidades elegíveis aplicar requisitos de divulgação reduzidos, enquanto mantém os requisitos de reconhecimentos, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, a entidade deve ser controlada conforme o IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas, não ter responsabilidade pública e ser controlada por uma empresa que prepare demonstrações contábeis em conformidade com os IFRS.
- A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
- Alterações no CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: A atualização do CPC 18 permite o uso do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, alinhando as normas brasileiras com as internacionais. Essa mudança harmoniza as práticas contábeis, sem gerar impactos materiais, focando em ajustes de redação e atualização das referências normativas.
- A ICP 09 estava desatualizada, pois não tem correspondência direta com as normas do IASB. Por isso, foram feitas alterações para alinhar sua redação com as atualizações mais recentes dos documentos emitidos pelo CPC.
- A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.
- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: As mudanças buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre o tratamento de moedas não conversíveis, que devem ser avaliadas com base no propósito da transação e, se não conversíveis, a taxa de câmbio deve refletir as condições de mercado. Em situações de com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis.
- A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.
- A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. A Administração entende que estas normas não produzirão impactos significativos nas demonstrações contábeis futuras.

Normas ANS que entram em vigor em 2024
Resolução Normativa nº 594 de 20 de dezembro de 2023
Altera a Resolução Normativa ANS nº 527, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS nº 528, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022; a Resolução Normativa nº 523, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 522, de 29 de abril de 2022; e a Resolução Normativa nº 518, de 29 de abril de 2022, que retratam assuntos diversos a serem aplicados pelas operadoras de Planos de Saúde Suplementar.

Resolução Normativa nº 597 de 16 de janeiro de 2024
A Resolução Normativa ANS nº 597/2024 estabelece novos critérios para constituição de Provisões Técnicas ligadas a PEONA SUS, reduzindo de 80% para 66% do total de eventos visados nos últimos vinte e quatro meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS), a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, trazendo uma redução de custos para a Companhia que altera a Resolução

Normativa nº 574, de 28 de fevereiro de 2022.

Resolução Normativa nº 601 de 06 de março de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.

A mudança altera a necessidade de ativos garantidores para: débitos referentes aos processos de ressarcimento ao SUS sem inscrição em Dívida Ativa e sobrestados administrativamente, em virtude da ocorrência de mais de cinco anos do vencimento da GRU emitida; débitos referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos referentes a operações de planos em preço pós-estabelecido que tenham como contrapartida créditos a receber de contraprestações pecuniárias/prêmios de operações de planos em preço pós-estabelecido; débitos do ressarcimento ao SUS dos Avisos de Beneficiários Identificados-ABI notificados e ainda sem a emissão das respectivas Guias de Recolhimento da União - GRU pela ANS; e valores registrados na Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PFC.

Resolução Normativa nº 614 de 02 de outubro de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar. A mudança aumenta de 20% para 50% o limite de ativos garantidores em imóveis assistenciais, possibilitando que a Companhia oferecesse como garantia o montante de R\$ 25.572.

Normas ANS que entrarão em vigor em 2025

Não há nenhuma norma econômico-financeira publicada até a presente data, que entrará em vigor em 2025.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Antônio Renato Manso de Castro Kewton Esper Aragão Francleuda Lima Caminha Dias
DIRETOR DE CONTROLADORIA E TRIBUTOS
Carlos Eduardo Lourenço
ATUÁRIO
Pedro Barreto Gomes - MIBA - 1.780
CONTADORA
Maria Lúcia Guilherme de Brito CRC nº1 RJ-088050/O-0 S-SP

EXTRATO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis estão disponíveis eletronicamente nos seguintes endereços: <https://www.santahelenasaude.com.br/institucional/demonstrativo> e <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/>.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 27 de fevereiro de 2025 sem modificações.



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/F-2

Márcio Romulo Pereira - Contador CRC 1RJ-076.774/O-7

Cartões de crédito: bancos digitais respondem por 41% das compras online

Ebanx: emissores digitais são responsáveis pelo crescimento

Os bancos digitais e fintechs têm impulsionado o uso de cartões de crédito. Dados do Ebanx mostram que essas instituições já representam 41% do valor total transacionado por meio de cartões de crédito no comércio eletrônico no Brasil.

O Ebanx é uma plataforma de pagamentos que promove a conexão de empresas globais aos mercados digitais. Fundado em 2012 no Brasil, o Ebanx foi criado com a missão de expandir o acesso ao comércio digital internacional. Com tecnologia proprietária, ele permite que empresas globais ofereçam centenas de métodos de pagamento locais em países na América Latina, África e Ásia.

A empresa processa transações para quase 70% dos portadores do método no país. A tendência também vem ganhando força em outros mercados da América Latina, principalmente na Colômbia (21%) e na Argentina (19%), onde a expansão de bancos digitais e a atividade intensa de fintechs estão impulsionando a emissão de cartões.

“Este é um forte indício de como a adoção rápida e massiva de meios de pagamento alternativos pelos consumidores em países emergentes também está influenciando a indústria de cartões de crédito nessas regiões”, diz João Del Valle, CEO e cofundador do Ebanx.

Segundo ele, carteiras digitais e outros tipos de pagamentos em tempo real, como o Pix, no Brasil, e a PSE, na Colômbia, elevaram o nível da indústria e impulsionaram a inovação em todos os segmentos, incluindo cartões de crédito. Essas soluções digitais

incentivaram os métodos de pagamento tradicionais a evoluir e se adaptar para atender às expectativas atuais dos consumidores.

As principais contribuições de fintechs e neobancos para o mercado de cartões de crédito incluem plataformas fáceis de usar, programas de recompensas e melhorias na experiência do usuário que redefiniram a maneira como os consumidores pagam com cartão. Como resultado, essas instituições agora têm praticamente o mesmo alcance que os principais bancos tradicionais em merca.

No Brasil, o maior mercado da América Latina, a base de clientes das fintechs e bancos digitais saltou de 25 milhões para 100 milhões em três anos, segundo o Banco Central. Quatro em cada 10 dessas pessoas têm cartões de crédito, um grupo que triplicou de tamanho desde 2019, liderado justamente por players digitais. Um efeito dessa tendência é o crescimento no uso de cartões de crédito no comércio eletrônico em mercados emergentes: espera-se que seu uso aumente 13% ao ano até 2027, de acordo com a nova edição da Beyond Borders, pesquisa anual do Ebanx sobre o mercado digital e as tendências de pagamento em economias em ascensão.

Futuro

Os bancos tradicionais seguiram os passos das instituições digitais e também estão investindo em inovações para aperfeiçoar ainda mais a experiência de compra online em economias emergentes. Quem ganha com isso são os consumidores, que têm acesso a checkouts mais simples e seguros, como a

tecnologia click-to-pay, por exemplo, que reduz o número de cliques necessários para concluir uma compra, melhorando a conveniência e eficiência no comércio digital.

A tokenização de rede é outro exemplo de inovação que surgiu nos últimos anos. A tecnologia substitui dados sensíveis do cartão por identificadores criptografados para cada transação, reduzindo o risco de fraudes sem comprometer as taxas de aprovação. Também diminui rejeições relacionadas a compras não autorizadas e melhorou a qualidade geral das transações.

Em testes realizados pelo Ebanx no Brasil, os tokens de rede diminuíram em mais de 86% o número de transações recusadas devido a problemas de segurança dos cartões. A adoção da tokenização de rede levou ainda a um aumento de até 7 pontos percentuais nas taxas gerais de aprovação para empresas de varejo online, e até 5 pontos percentuais para empresas que trabalham com modelos de assinatura.

“No cenário dinâmico de pagamentos de hoje, o foco não está em colocar o Pix ou as carteiras digitais contra os cartões ou escolher entre métodos tradicionais e novos”, explica Del Valle. “Em vez disso, trata-se de oferecer mais oportunidades e criar um ecossistema onde diferentes soluções de pagamento possam coexistir e se complementar, proporcionando aos consumidores mais escolhas e melhores experiências em suas transações digitais”, acrescenta.

Cartões de débito

De acordo com dados da Payments and Com-

merce Market Intelligence (PCMI), os cartões de crédito representam aproximadamente 80% das compras online em economias emergentes. Apesar da forte presença, eles não são os únicos a impulsionarem o comércio eletrônico nessas regiões. Dados da Beyond Borders mostram que os cartões de débito tornaram-se uma importante via para atrair novos clientes online em países como Peru, México e África do Sul. Especialmente em mercados onde o acesso ao crédito é mais restrito, a inclusão financeira impulsionou o uso de débito, já que este tipo de cartão está vinculado a contas correntes. Isso trouxe novos consumidores para o e-commerce.

O Peru exemplifica esse movimento. Por lá, 60% das pessoas que compram online pela primeira vez usam cartões de débito, segundo dados internos do Ebanx. No México, esse número chega a 55%. Não por coincidência, nesses dois países, os cartões de débito representam uma parcela maior do volume de transações online, em comparação com o crédito: 49% contra 27% no Peru, e 38% contra 31% no México. “No entanto, vale ressaltar que

essa participação provavelmente diminuirá em algumas economias-chave de mercados emergentes, como Brasil e Colômbia, à medida que os métodos de pagamentos alternativos amadurecem nesses países”, explica Del Valle. No Brasil, onde o Pix detém 40% do volume de vendas online, os cartões de débito representam apenas 1% do valor de transações do comércio digital.

Lucro da Eletrobras em 2024 é de R\$ 10 bilhões

O lucro financeiro da Eletrobras em 2024 foi de R\$ 10,4 bilhões, superior em 136% ao registrado no balanço do ano anterior. O Conselho de Administração aprovou a maior distribuição de remuneração aos acionistas da história. São R\$ 4 bilhões em dividendos - considerando os intercalares pagos, de R\$ 2,2 bilhões - referentes a 41% do resultado do exercício de 2024. A Eletrobras foi privatizada em 2022.

“A Eletrobras é hoje uma empresa focada em conquistar clientes e catalisar negócios a partir de energia limpa e renovável. Nosso objetivo é acelerar ainda mais os ganhos de eficiência e segurança dos ativos para oferecermos retornos sustentáveis ao longo do tempo”, afirmou o presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro.

A retomada de investimentos teve destaque no ano passado, chegando a R\$ 7,7 bilhões, com ênfase na modernização das usinas hidrelétricas e na gestão desses ativos, assim como nos reforços e melhorias de linhas de transmissão. São 234 projetos de reforços e melhorias de grande porte em transmissão, com investimentos de R\$ 3,3 bilhões,

contribuindo com a segurança energética do país.

Segundo a Agência Brasil, o foco em resiliência e eficiência operacional também marcou a participação da empresa nos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), onde foram arrematados quatro lotes com investimentos estimados de R\$ 5,6 bilhões.

Os investimentos da companhia priorizam projetos como as obras de revitalização do sistema de transmissão em corrente contínua de alta-tensão de Itaipu, com recursos estimados em R\$ 1,9 bilhão; e a Transnorte Energia, linha de transmissão de 724 km que conecta Manaus a Boa Vista, integrando o estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões.

De acordo com Ivan Monteiro, neste ano a Eletrobras seguirá investindo em ritmo elevado e ampliará os esforços para que o foco em clientes ganhe relevância em suas operações. Segundo ele, a consolidação das transformações pós-privatização permitirá que a gestão da empresa dê ênfase cada vez maior no crescimento e ganhos de eficiência nos próximos anos.

Fitch afirma ratings BB e AAA' da Caixa

A Fitch Ratings afirmou os ratings de IDRs (Issuer Default Ratings - Ratings de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Estrangeira e Local 'BB', com perspectiva estável, da Caixa Econômica Federal. Além disso, a agência também afirmou o Rating de Suporte do Governo (RSG) 'bb' e o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Caixa é o terceiro maior banco do Brasil em total de ativos e domina os setores de crédito imobiliário e de poupança, com participações de mercado de aproximadamente 67,2% e 37,4%, respectivamente, em 2024.

Os IDRs do banco são movidos por seu RSG 'bb' e estão em linha com os IDRs 'BB' do Brasil. Os ratings nacionais do banco indicam seu adequado perfil de crédito em relação a seus

pares brasileiros. A avaliação do suporte — realizada pela Fitch — leva em consideração a importante missão pública da Caixa e o controle acionário integral do Governo Federal do Brasil.

Conforme a Fitch, como banco estatal com missão pública, a Caixa tem seus IDRs equalizados aos do Brasil, devido à forte pro-pensão de a União prestar suporte ao banco. Isto se deve ao importante e singular papel da Caixa em termos de missão pública e ao controle acionário estratégico e de longo prazo da União. No entanto, a capacidade de o soberano lhe prestar suporte é moderada, devido a seu atual rating.

Missão 'pública

A agência de classificação de risco de crédito não atribui Rating de Viabilidade (RV) à Caixa,

pois sua metodologia não contempla a atribuição de RVs a bancos com missão pública, cujas operações são, principalmente, determinadas por seu papel em políticas governamentais. Embora não tenha havido mudança estrutural na estratégia geral do banco até o momento, a agência continuará monitorando a instituição para garantir que mantenha sua missão pública com governança corporativa adequada e sem comprometer a sustentabilidade de seus indicadores de crédito.

O principal risco da Caixa provém de operações de crédito, que representam 89% de seus ativos ponderados pelo risco. Historicamente, os padrões de subscrição da instituição variam de acordo com as condições econômicas, refletindo a missão pública de concessão de crédito à população de baixa renda. No entanto,

a administração da Caixa vem ajustando seus padrões de subscrição, exibindo menor apetite por risco, aumentando a prudência e enfatizando o desempenho financeiro.

Na opinião da Fitch, a qualidade dos ativos da Caixa tem permanecido estável, mesmo diante do desafiador ambiente operacional dos últimos anos. O índice créditos em atraso/total de créditos foi de 6,3% em 2024, o que está em linha com o de outros bancos brasileiros de grande porte. A média do período entre 2021 e 2024 foi de 7,1%. O índice de créditos em atraso há mais de noventa dias (NPLs - Non-Performing Loans), de 1,97% em 2024 (2,16% em 2023), foi modesto, reflexo da baixa inadimplência, principalmente na carteira imobiliária. A Fitch não projeta aumentos significativos no índice de

créditos em atraso a médio e longo prazos, tendo em vista a carteira de crédito bem colateralizada.

De acordo com a Fitch, a rentabilidade da Caixa é historicamente inferior à de seus pares, devido à sua menor margem financeira líquida e aos custos operacionais mais elevados, refletindo seu papel de banco com missão pública e social. Em 2024, o índice resultado operacional/ativos ponderados pelo risco caiu para 1,2%. De 2021 a 2024, este índice foi, em média, de 1,2%. A Fitch acredita que estes índices continuarão nos patamares atuais até 2025, apesar dos contínuos esforços para melhorarem os indicadores de rentabilidade.

Captação

A base de captação da Caixa é altamente diversificada e sustentada por

sua extensa rede de agências, com recursos prove-nientes principalmente do varejo. Os depósitos de clientes (incluindo os de poupança) e letras financeiras locais (semelhantes a depósitos) representaram 59% da captação total em 2024. O índice créditos brutos/depósitos foi de 170% em dezembro de 2024, com, em média, 166% nos últimos quatro anos (2021-2024).

Apesar das recentes reduções, a Caixa mantém forte posição no segmento de poupança e tem aumentado o volume de emissões de letras financeiras, especialmente as garantidas por crédito imobiliário, segmento ao qual o banco tem relevante exposição. A Caixa vem mantendo uma robusta posição de liquidez, sendo o seu índice de liquidez de curto prazo (LCR) de 242,7% em 2024 e de 195,6% em 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO GONÇALO – REGIONAL DE ALCANTARA, RUA OSÓRIO COSTA, S/Nº, 3º ANDAR, COLUBANDÊ, SÃO GONÇALO – RJ - C.E.P.: 24744-680

Tel.: (21) 2702-9309 - E-mail: alc01vciv@tjri.jus.br

EDITAL DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO JUDICIAL NA FORMA ELETRÔNICA (ON-LINE), COM PRAZO DE 05 DIAS PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S), EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MICHELLI em face de ALCIDES GOMES DE LIMA, nos autos do PROCESSO Nº 0008715-81.2008.8.19.0087, NA FORMA ABAIXO: O(A) MM. Doutor(a) ELIZABETH MARIA SAAD - Juiz Titular da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital de Alienação em Leilão Judicial na forma eletrônica, com prazo de 05 (cinco) dias, a todos os interessados e em especial ao(s) Executado(s), que será realizado o público leilão eletrônico pelo Leiloeiro Público SÉRGIO LUIS REPRESAS CARDOSO, matriculado na JUCERJA sob o nº 150, com escritório na Rua Dom Gerardo, 63, Sala 711, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20090-030; Telefones: (21) 99315-4063, (21) 99670-6366, (21) 98577-7550, onde: **O Primeiro Leilão** para venda por valor igual ou superior a avaliação será no dia **31/03/2025 às 12h**, e não havendo lances no primeiro leilão, o **Segundo Leilão** para venda pela melhor oferta será no dia **03/04/2025 às 12h**, onde o lance inicial será por valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação, sendo certo que os lances serão realizados exclusivamente através do portal do site do leiloeiro: www.sergiorepresasleiloes.com.br, e as propostas para arrematação de forma parcelada serão recebidas através do e-mail sergiorepresas@gmail.com. Cientes os interessados que não havendo expediente forense na data designada, o leilão será automaticamente reagendado e realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. **DO(S) BEM(S) OBJETO DO LEILÃO:** Conforme Avaliação de Index. 236: **SALA Nº 210, SITUADA NA RUA DOUTOR ALFREDO BACKER, Nº 801, ALCANTARA, SÃO GONÇALO, RJ, MATRICULADO NO 4º OFÍCIO DO RGI DE SÃO GONÇALO SOB O Nº 17.127 E INSCRITA NA PREFEITURA SOB O Nº 626.90000. POSSUI 32 M² DE ÁREA EDIFICADA E A FRAÇÃO IDEAL DE 0,007898 DO TERRENO. DAS CARACTERÍSTICAS:** SALA DE USO COMERCIAL. Na documentação apresentada não há previsão de vaga de garagem. O Edifício possui elevadores. Não foi possível averiguar a faixa de idade da construção. Não foi possível verificar o estado de conservação do bem. O imóvel está localizado em rua calçada, com infraestrutura urbana, numa localização estratégica com grande área de comércio, apresentando característica comercial. Há transporte coletivo e vasto comércio. O bairro Alcântara onde está localizado o imóvel é servido com distribuição de água, energia elétrica, telefone, rede de esgoto e coleta de lixo. A rua possui iluminação pública. **DO VALOR DA AVALIAÇÃO:** Assim, foi avaliado o imóvel objeto de leilão em 22 de agosto de 2024 no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), correspondentes a 28.651,40 UFIR, que atualizadas nesta data, perfaz o valor de **R\$ 136.117,07 (Cento e trinta e seis mil, cento e dezessete reais e sete centavos)**. **DOS DÉBITOS SOBRE O IMÓVEL:** Cientes os interessados que conforme Certidão atualizada em 17/02/2025 constam débitos de IPTU no valor total aproximado de R\$ 16.703,46 (Dezesseis mil, setecentos e três reais e quarenta e seis centavos). Que conforme certidão de 25/04/2025 constam Débitos de FUNESBOM cuja soma dos exercícios em aberto perfazem o valor aproximado de R\$ 530,97 (quinhentos e trinta reais e noventa e sete centavos). Que conforme planilha atualizada em 14/02/2025, constam débitos de condomínio no valor de R\$ 259.480,47 (Duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais e quarenta e sete centavos). Cientes os interessados que todos os débitos acima apresentados, deverão ser atualizados até data do ato do leilão. **OBSERVAÇÕES NA MATRÍCULA DO IMÓVEL PERANTE O RGI:** Cientes os interessados do seguinte: Que no R-3 consta registrada a COMPRA E VENDA em favor de ALCIDES GOMES DE LIMA. Que consta no R-4 registro de HIPOTECA em favor de Concreta Engenharia Construções e Administrações LTDA. Que consta no AV-05 e AV-06 consta anotação de cessão de Crédito Hipotecário em favor de Unibanco Crédito Imobiliário S/A. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO PROCESSO:** Ciente os interessados do seguinte: Que a citação do Réu ocorreu no index. 56/57. Que foi decretada a revelia do Réu no index. 67. Que consta a Sentença no index. 94. Que foi deferida penhora de

imóvel descrito no index.138. Que foi lavrado o termo de penhora no index. 141. Que o réu foi intimado da penhora no index. 191 e 204. Que consta certidão no index. 248, dando conta que o Réu não se manifestou sobre a avaliação. **DOS LANCES ELETRÔNICO (ONLINE):** 1. Serão realizados de acordo com as datas e horários previstos no presente edital, sendo certo que os horários considerados neste edital serão sempre o fuso horário de Brasília/DF; 2. Os interessados em participar do leilão na modalidade Eletrônica (Online), deverão efetuar o cadastro e ofertar seus lances online exclusivamente através do site do Leiloeiro Público Oficial, pelo seguinte sítio eletrônico: www.sergiorepresasleiloes.com.br; 3. Os interessados deverão se cadastrar previamente no site www.sergiorepresasleiloes.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento e de modo absolutamente gratuito, ficando o interessado responsável civil e criminalmente pelas informações lançadas no preenchimento do aludido cadastro, oportunidade em que preencherá os dados pessoais, anexará os documentos requeridos e aceitará as condições de participação previstas neste Edital e no Termo de Compromisso constante do sítio eletrônico; 4. Somente serão confirmados os cadastros pela internet, após o obrigatório envio das cópias dos documentos a seguir transcritos: a) se pessoa física: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência, enviar uma foto de rosto (selfie) segurando o documento de identidade aberto (frente e verso), e se for casado(a), anexar ainda a Certidão de Casamento e Carteira de Identidade e CPF do Cônjuge; b) se pessoa jurídica: CNPJ, contrato social (até a última alteração) ou Declaração de Firma Individual, RG, CPF e enviar uma foto de rosto (selfie) segurando o documento de identidade aberto (frente e verso) do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica respectiva, bem como procuração com poderes para atuar no leilão destes autos, e demais documentos que se fizerem necessários. 5. A aprovação do cadastro será confirmada através do e-mail informado pelo usuário, tornando-se indispensável mantê-lo válido e regularmente atualizado. 6. Os Lances Online serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato da emissão pelo participante. Assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, o Leiloeiro não se responsabiliza por lances ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do lote. 7. Demais informações serão prestadas na ocasião do pregão suprido, assim, qualquer omissão porventura existente neste Edital. **DAS ADVERTÊNCIAS:** 1 - Ficam intimadas as partes através deste Edital, caso não o sejam pelo Senhor Oficial de Justiça (art. 889 do CPC). 2 - Se Houver: O credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, os promitentes vendedores, promitentes compradores, os usufrutuários, o coproprietário de bem indivisível, bem como o próprio Executado, que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos leilões (art. 889 do CPC). 3 - As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. 4 - Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, bem como, em se tratando de bens imóveis de eventuais restrições para construção, averbadas ou não na matrícula ou para construções futuras. 5. Havendo arrematação do bem, o preço da arrematação deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A., podendo ainda, ser a mesma enviada pelo leiloeiro ao arrematante. 5.1. O arrematante pagará diretamente ao Sr. Leiloeiro o valor de sua comissão, bem como as despesas realizadas para a realização do Leilão, através de depósito bancário (DOC ou TED) em sua conta corrente ou na conta de seu Preposto indicado, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas do término do Leilão. 5.2. A conta corrente para a realização do depósito será informada pelo Sr. Leiloeiro ao arrematante através e-mail ou através de contato telefônico. 5.3. Decorrido o prazo sem que o(s) arrematante(s) tenha(m) realizado o(s) depósito(s), tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. 5.4 - Se o arrematante não honrar com o pagamento referido no prazo mencionado, configurar-se-á a desistência da arrematação, ficando impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do CPC), aplicando-se lhe multa, o qual se revertirá em favor do

credor, e responderá ainda, pelas despesas processuais respectivas, bem como pela comissão e despesas do leiloeiro. **6 - Assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação considerará-se perfeita, acabada e irratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado. (art. 903 do CPC).** 7 - Violência ou fraude em arrematação judicial - Art. 358 do Código Penal. Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. **8** - Na forma do § 1º do Art. 843 do CPC, tratando-se de bem indivisível, é reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado, se houver, a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. **9.** os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **10.** Não havendo expediente forense na data designada, o leilão será reagendado no site e realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. **DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO:** 1. **A Vista:** Feito o leilão, o valor apurado será depositado imediatamente e colocado à disposição do Juízo, sujeito às penas da lei, na forma do artigo 892 do CPC. 2. O valor da comissão do leiloeiro deverá, no caso de arrematação, ser pago imediatamente e diretamente a ele pelo arrematante. **2.1.** O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento), que será devido nos casos de arrematação ou adjudicação, o qual não está incluso no montante do lance. **2.2.** Será devido ao Leiloeiro o reembolso integral das despesas adiantadas para a realização do leilão, que serão deduzidas do produto da arrematação, ou no caso de arrematação pelo exequente na forma do artigo 892, §2º e §3º, do CPC, fica o exequente ciente que deverá depositar imediatamente na conta corrente do Leiloeiro o valor da comissão e despesas realizadas no leilão. **3.** Outrossim, na hipótese de sustação do leilão por remissão da dívida ou por acordo entre as partes, será devida a comissão ao Leiloeiro, na forma do Art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ nº 236 de 13 de julho de 2016, com reembolso integral das despesas adiantadas para sua realização. **4.** Caso haja interessados em participar do leilão através de oferecimento de lances para pagamento parcelado, poderá apresentar ao Leiloeiro a proposta de aquisição do bem, **sempre antes do início de cada leilão**, por escrito, através do e-mail sergiorepresas@gmail.com, na forma do Art. 895 do CPC e seguintes, e não havendo lances on-line para pagamento a vista, a proposta parcelada de maior valor, com maior valor de entrada e menor quantidade de parcelas será declarada como lance vencedor, devendo o arrematante no prazo de até 24 horas efetuar o pagamento referente ao valor da entrada mediante guia judicial, sendo certo, que o início do pagamento das parcelas para quitação do saldo remanescente, será após trinta dias o pagamento do valor da entrada, em parcelas mensais e sucessivas, devidamente corrigidas, depositando-as em contábil à disposição do Juízo deste processo (CPC, art. 895, § 1º, 2º), sendo certo, que o próprio imóvel servirá como garantia na forma de hipoteca judicial (CPC, art. 895, § 1º). **5.** Ciente os interessados que a proposta de pagamento do lance à vista **SEMPRE prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC).** **6.** Cientes os interessados que o imóvel será vendido livre e desembaraçado de débitos, na forma do Art. 130 § Único do CTN, c/c §1º do art. 908 do CPC. 7. Cientes os interessados que ficam sob encargo dos respectivos arrematantes todos os ônus inerentes à transferência da propriedade em seu favor, e ainda, que partir da data da arrematação todas as despesas, em especial os tributos, as cotas condominiais e as despesas com segurança do imóvel (quando existentes) passarão a ser de inteira responsabilidade do respectivo arrematante. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo. Registre-se que, sendo o executado revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerará-se feita por meio do próprio edital de leilão. O edital se encontra disponibilizado e publicado no site do leiloeiro e nos autos deste processo. São Gonçalo, 14 de março de 2025. E eu, Marcela Gomes da Motta - Mat. 01-27757 - Titular de Cartório, o fiz datilografar e subscrevo. (ass.) **Doutor(a) ELIZABETH MARIA SAAD - Juiz Titular.**

